



UNIVERSIDADE
DO BRASIL

UFRJ

INSTITUTO DE BIOLOGIA – CEDERJ



Fundação

CECIERJ

Consórcio cederj

ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL E O PAPEL DOS EDUCADORES

FRANCILENE MARTINS DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
POLO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

2018



UNIVERSIDADE
DO BRASIL
UFRJ

INSTITUTO DE BIOLOGIA – CEDERJ



ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL E O PAPEL DOS EDUCADORES

FRANCILENE MARTINS DE SOUZA

Monografia apresentada como atividade obrigatória à integralização de créditos para conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas - Modalidade EAD.
Orientador: Dr. Pedro Henrique Almeida Silva

ORIENTADOR: Prof. Dr. Pedro Henrique Almeida Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
POLO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Souza, Francilene Martins

Abuso sexual infantojuvenil e o papel dos educadores.

Volta Redonda, 2018. 48 f. il: 31 cm

Orientador: Pedro Henrique Almeida Silva.

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Licenciada no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Modalidade EAD. 2018.

Referências bibliográficas: f. 41-44

Palavras Chaves: educadores e abuso sexual; abuso sexual infantil; professores e abuso sexual; escola e abuso sexual; educação da criança-professor.

I. SILVA, Henrique/Almeida Silva (Orient.)

II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Licenciatura em Ciências Biológicas – Modalidade EAD

III. Abuso Infantojuvenil e o papel dos educadores

ATA DE DEFESA

Dedico este trabalho a minha mãe, aos meus irmãos e irmãs, em especial a Cleidiane que travou esta batalha junto comigo, a toda família, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar a Deus, por ter me dado forças para continuar na minha caminhada acadêmica, não me deixar desistir. Agradeço a minha família por acreditar em mim, aos meus professores e mestres que me ensinaram a ter amor ao saber, aos meus amigos e parceiros do CEDERJ (sem vocês seria impossível), ao meu orientador, pelo carinho e dedicação com que assumiu esse compromisso junto comigo, pela confiança, dedicação, acompanhamento e principalmente pela confiança que depositou em mim.

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. Objetivos	15
2.1. Objetivo geral.....	15
2.2. Objetivo específico.....	15
3. Materiais e métodos	16
4. Desenvolvimento	19
4.1 Abusos infanto-juvenil.....	19
4.1.1 Sinais físicos de ASIJ	20
4.1.2 Sinais comportamentais de ASIJ	21
4.1.3 Como prevenir e agir no caso de ASIJ	22
5. Resultado e discussão	24
6. Conclusão	39
7. Referências Bibliográficas	41
8. Apêndices.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características gerais dos entrevistados	24
Tabela 2. Vínculo familiar das crianças molestadas	32

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Distribuição percentual de respostas referentes à questão 4: Em poucas palavras, conceitue abuso sexual. (n=27).....	25
Figura 2.	Distribuição percentual de respostas referentes à questão 5: Durante o tempo de atuação profissional, você já identificou alguma vítima de abuso sexual na escola?.....	27
Figura 3.	Distribuição percentual de respostas referentes à questão 6: Como identificar se o aluno está sendo vítima de abuso sexual? (n=27).....	28
Figura 4.	Distribuição percentual de respostas referentes à questão 7: Quais ações devem ser tomadas no caso de suspeita de que algum aluno é vítima? (n=27).....	30
Figura 5.	Distribuição percentual de respostas referentes à questão 8: Abuso sexual infantil acontece em maior frequência quando? (n=27).....	31
Figura 6.	Distribuição percentual de respostas referentes à questão 9: Você já participou de alguma palestra sobre abuso sexual durante sua trajetória de trabalho na escola? (n=27).....	33
Figura 7.	Distribuição percentual de respostas referentes à questão 10: Você já elaborou alguma palestra ou trabalho sobre abuso sexual infantil na escola? (n=27).....	33
Figura 8.	Distribuição percentual de respostas referentes à questão 11: Você se sente preparado para ajudar alguém que esteja sofrendo de abuso sexual? (n=27).....	34
Figura 9.	Distribuição percentual de respostas referentes à questão 12: Durante sua formação acadêmica, você teve alguma preparação para tratar sobre abuso sexual infantil na escola? (n=27).....	35
Figura 10.	Distribuição percentual das respostas referentes à questão 13: Na sua opinião por que falar sobre abuso sexual infantil na escola é considerado tabu? (n=27).....	36
Figura 11.	Distribuição percentual de respostas referentes à questão 14: Diante de sua experiência profissional, como você descreveria o comportamento dos pais diante de assuntos como abuso sexual infantil, sendo falado livremente e	

abertamente em sala de aula. (n=27).....	37
--	----

RESUMO

Este trabalho tem como proposta analisar através de estudos bibliográficos e pesquisa por meio de questionário aplicado a professores, a forma como as instituições e profissionais de ensino lidam com o tema abuso sexual infantil. A constituição Brasileira de 1988 garante o direito à dignidade da pessoa humana e ao exercício da cidadania. Dos vários tipos de maus tratos aos que as crianças e adolescente podem ser submetidas, o sexual é o mais importante. Este tipo de abuso é associado a importantes consequências dos déficits no desenvolvimento como o cognitivo, o motor e o comportamental. Crianças violentadas sexualmente correm mais riscos de desenvolver algum tipo de problema emocional. Esses maus tratos, em sua maioria são praticados no ambiente intrafamiliar, podendo ser o abusador, o pai, o padrasto, entre outros ou alguém que convive com ela por aliança familiar. É importante que o professor tenha capacidade de identificar as crianças que estão sendo vítimas de abuso sexual, oferecendo a elas apoio, proteção e prevenção. Através dos resultados obtidos nessa pesquisa, concluiu-se que nem todos os educadores estão capacitados para tal conduta e as escolas e cursos de licenciatura, por sua vez, não investem em cursos ou aperfeiçoamento para os professores. É preciso que as escolas criem estratégias para promover cidadania para seus frequentadores, para que as crianças se sintam seguras e confiantes para expor seus problemas extraclasse e para capacitar seus educadores a identificar e lidar com tais fatos, rompendo com o tabu que existe sobre o tema.

Palavras-Chave: Educadores; Abuso Sexual Infantojuvenil; Professores; Abuso Sexual; Escola; Criança-Professor.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze, through bibliographic studies and research by questionnaires applied to education professionals, how institutions and teachers deal with child and teenager sexual abuse topic. The Brazilian Constitution of 1988 guarantees the right to the human person dignity and to the exercise of citizenship. Of the various types of mistreatment to which children may be subjected, sexual intercourse is the most important. This type of abuse is associated with important consequences of developmental deficits such as cognitive, motor and behavioral deficits. Sexually abused children have more risk of developing some sort of emotional problem. These mistreatments are mostly practiced in the intrafamily environment. The abuser could be the father, the stepfather, among other relatives, or someone who lives with the child by family alliance. It is important that the teacher has the ability to identify children who are being sexually abused, providing them the support, protection and prevention. This work results allow to conclude that not all educators are qualified for such task. Another conclusion was that the educational institutions where the interviewees graduated and where they work do not invest in courses or improvement for teachers. Schools need to create strategies to promote citizenship for their regulars so that children feel secure and confident in exposing their extraclass problems. Schools must also create strategies to enable their educators to identify and deal with such facts, breaking the taboo surrounding the theme.

Keywords: Educators; Juvenile Child Sexual Abuse; Teachers; Sexual Abuse; School; Child-Teacher.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta analisar, através de estudos bibliográficos e pesquisas, a forma como as instituições e profissionais de ensino lida com o tema abuso sexual infantojuvenil (ASIJ), uma vez que o abuso sexual (AS) pode prejudicar o desempenho acadêmico da vítima, que na maioria das vezes é abusada por alguém do seu próprio convívio, sofrendo ameaças e apresentando sinais que só podem ser descobertos por alguém que esteja ciente dos mesmos e atento a eles. Este trabalho foi realizado em forma de monografia sendo requisito básico para conclusão do curso de licenciatura em Ciências Biológicas.

Para permitir melhor compreensão sobre o tema, torna-se necessário compreender o conceito de AS. A partir dessa compreensão pode-se então passar a analisar o papel da escola na vida dessas crianças e adolescentes. Sabemos que o AS acontece todos os dias, porém o assunto é tratado como tabu perante a sociedade, o que, entre outras coisas, faz com que a vítima se cale.

A Constituição Brasileira de 1988 garante o direito à dignidade da pessoa humana e ao exercício da cidadania e o conselho tutelar é responsável por garantir os direitos já assegurados da criança e do adolescente (AMARAL, 2017).

Para a população infanto-juvenil esses direitos estão assegurados na Lei 8.060/90 (BRASIL, 1990) que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. O artigo 13 cita a compulsoriedade de notificação dos casos, mesmo que sejam suspeitas, de maus tratos e o artigo 245 cita a pena de multa para os profissionais que deixarem de cumprir esse artigo, não denunciando às autoridades competentes os fatos de que tenha conhecimento, suspeita ou confirmação.

Dos vários tipos de maus tratos aos que as crianças podem ser submetidas, o sexual é o segundo mais importante. Neste sentido, o adulto busca numa criança e adolescente sua satisfação sexual por carícias, manipulações das genitálias, mamas ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração (BAPTISTA et al., 2008; PORTAL BRASIL, 2012).

O ASIJ se encontra associado a importantes conseqüências dos déficits no desenvolvimento do abusado, como o cognitivo, o motor e o comportamental, por exemplo. As crianças envolvidas tendem, ainda, a desenvolver e exibir, com o passar tempo, outras doenças como transtorno da ansiedade, indícios depressivos e agressivos, dificuldade em relação ao seu comportamento e funcionamento sexual e

importantes dificuldades em relacionamentos interpessoais, entre outros, podendo chegar até mesmo em sérios transtornos mentais como transtorno afetivo, transtorno de estresse pós-traumático, distúrbios alimentares, dependência química e transtornos psicosssexuais (AMAZARRAY e KOLLER, 1998; FRANÇA JUNIOR, 2003; SERAFIM et al., 2011).

Segundo dados apresentados por Borges e Dell’Aglío (2008), as crianças e adolescentes violentados se comportam assim: 21% correm o risco de depressão e suicídio, 20% podem apresentar transtorno de estresse pós-traumático; 14% de desenvolver comportamento sexual promíscuo; 10% tem dificuldade no rendimento escolar e 8% tendem a manter o ciclo de violência em que vive.

A ocorrência de maus tratos provenientes do ASIJ no ambiente intrafamiliar é uma realidade que afeta diversos países, atingindo todas as classes sociais, desde a mais rica até a mais pobre. O abusador pode ser o pai, o padrasto, o tio, o avô ou alguém que convive com ela por aliança familiar, sendo assim pessoas conhecidas que a criança se sente segura e ama. Normalmente ele atua manipulando a criança e adolescente através de encanto e intimidação com a finalidade de conseguir a colaboração da criança (BAPTISTA et al., 2008).

Somente na cidade de Volta Redonda (VR), 30% dos casos que dão entrada no conselho tutelar envolve crianças e adolescentes por AS, sendo a figura do padrasto a mais relatada entre os casos (AMARAL, 2017).

É importante que sejam observados e notificados, mesmo em casos de suspeitas, indícios de violência sexual. Os ambientes mais propícios para essa identificação são dentro da própria casa onde a criança e o adolescente mora ou na escola onde estuda (BAPTISTA, et al., 2008; INOUE e RISTUM, 2008).

É a partir da observação de mudanças no microsistema escolar que a escola deve oferecer ao aluno uma alternativa de apoio, proteção e prevenção. Porém, é provável que os educadores não consigam exercer esse papel perante a criança, pois parecem não estar preparados para identificar o que seria mudança de comportamento por ASIJ ou por outro motivo que o leve a tais mudanças, nem para enfrentar e tratar esses casos emergidos de ASIJ (AMAZARRAY e KOLLER, 1998; INOUE e RISTUM, 2008).

Por esse motivo se torna necessário verificar como os professores abordam tal questão e até que ponto as instituições se encontram envolvidas com a identificação e acompanhamento de possíveis casos de ASIJ envolvendo suas

crianças e adolescentes. Dessa forma, espera-se fornecer subsídios para que esses educadores e instituições de ensino estejam melhor preparados para lidar com essa questão.

2 OBJETIVOS:

2.1 Objetivo geral:

Investigar o conhecimento disponível na literatura referente ao ASIJ e a atuação de instituições e profissionais de ensino com relação a essa questão.

2.2. Objetivos específicos:

Reunir, revisar e analisar o conhecimento a respeito do ASIJ disponível na literatura;

Analisar as concepções e experiência profissional de profissionais de ensino em relação ao tema ASIJ.

Analisar a atuação das instituições de ensino em relação à preparação dos profissionais para lidar com o tema ASIJ.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Na investigação sobre o “ASIJ e o Papel dos Educadores” foi necessário, antes de qualquer movimento, definir o tipo de pesquisa que melhor se encaixaria nos objetivos, pois, para Liberali (2008), “pesquisar é buscar ou procurar resposta para alguma coisa”, mas para que não haja falha na interpretação dos fatos, é necessário a escolha do instrumento ideal, pois segunda a mesma autora, “não poderíamos buscar um tesouro numa praia cavando um buraco com uma picareta”.

A partir desta consideração, essa pesquisa foi classificada como quantitativa com análise qualitativa e exploratória por traduzir de forma numérica as opiniões e informações que posteriormente seriam classificadas e analisadas e por ser de entrevista com indivíduos que estão sujeitos diretamente a conhecimento prático sobre a problemática que esta pesquisa alavancou (LIBERALI, 2008).

Para compor o referencial teórico, foram necessários 1 livro, 29 artigos científicos e 5 sites, tanto materiais físicos quanto eletrônicos, utilizados como fundamentação da pesquisa são encontrados nos bancos de dados Scielo, LILACS e Medline, bibliotecas virtuais, Estatuto da Criança e do adolescente, , Constituição Federal do Brasil, Ministério da Saúde, Portal Brasil, World Health Organization (WHO).

Pela dificuldade em encontrar material científico suficiente para compor este trabalho, optou-se por não ter corte temporal. As palavras chaves utilizadas foram: educadores e AS; ASIJ; professores e AS; escola e AS; educação da criança-professor.

Como critério de inclusão optou se por artigos que se referiam a crianças abusadas, comportamento dos professores perante o AS, papel das instituições de ensino com relação ao AS, leis que protegessem as crianças de AS. Já com relação ao critério de exclusão, foram excluídos os artigos que falam de AS em alguma fase da vida que não fosse à infância, e também leis que não são de proteção sexual para a criança. Foram utilizadas também algumas fontes citadas pelos trabalhos obtidos através da pesquisa inicial.

Faz-se importante citar alguns referenciais teóricos que formaram a base científica para este estudo como: Amazarray e Koller (1998), Baptista et al. (2008), Borges e Dell'Aglio (2008), Lisboa et al. (2002), Inoue e Ristum (2008), e ainda, como referências norteadoras, sites governamentais.

Para analisar a forma com que as instituições e profissionais de ensino lidam com o tema ASIJ, foi aplicado um questionário (Apêndice B) com perguntas de fato, de ação, de opinião ou sobre intenção, abertas, fechadas e de múltiplas escolhas, totalizando 10 perguntas relacionadas ao tema. O questionário foi entregue por um portador e aplicado aos professores das escolas de nível fundamental e médio. O portador explicou aos profissionais o conteúdo da pesquisa e o tempo que ele teria para responder. Todos os questionários entregues foram respondidos e depois devolvidos ao portador.

Junto com o questionário, foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) para o entrevistado ler e assinar de livre e espontânea vontade e entregar junto com o questionário respondido no prazo de 40 dias. No momento da entrega, o entrevistador explicou a importância das respostas com a máxima atenção possível para evitar vieses ou na interpretação ou no resultado final. Somente puderam ser computadas as respostas dos voluntários que entregaram o TCLE devidamente assinado.

As perguntas abertas, também conhecidas como livres ou não limitadas foram adicionadas no questionário para que o entrevistado pudesse expressar sua opinião, com o direito de usar linguagem própria. Seu uso é importante principalmente em trabalhos de pesquisa exploratória, onde o entrevistado tem liberdade de resposta. Esse tipo de pergunta faz o pesquisador ter maior número de informações sobre o tema investigado. O inconveniente desse tipo de pergunta é que sua análise é complicada, difícil, cansativa e demorada (BONI e QUARESMA, 2005; LIBERALI, 2008).

Outra questão que favorece o uso de perguntas abertas é quando há possibilidade de que o entrevistado tenha dificuldades de interpretação das opções de uma questão fechada, de múltipla escolha. Através das questões abertas o pesquisador evita equívoco e pode procurar a melhor resposta na própria escrita do respondente (GUNTHER e JÚNIOR, 2012).

Para facilitar a análise e apresentação das concepções dos professores entrevistados obtidas através das respostas às questões abertas, este material foi transformado em um registro quantitativo. Para isso, as respostas foram analisadas, considerando a equivalência de significado e coincidência de palavras-chave e agrupadas em diferentes categorias analíticas para cada pergunta (GUERRA, 2014).

Considerou-se nesse trabalho que o percentual de respostas em branco ou que o entrevistado optou em não responder por qualquer motivo era um dado relevante e, por isso, estes foram apresentados nos resultados. Após agrupar as respostas às perguntas abertas por categorias, essas, juntamente com outros dados obtidos através do questionário, incluindo as respostas para perguntas fechadas, foram organizadas em figuras e tabelas para apresentação dos resultados.

Esta pesquisa foi realizada com professores que lecionam em turmas do primeiro ao nono ano do ensino fundamental, e do primeiro ao terceiro ano do ensino médio em escolas públicas na cidade de Volta Redonda – RJ, no período de agosto e novembro de 2017. A interpretação dos resultados se deu nos quatro meses seguintes.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 Abusos Sexuais Infantojuvenil

A infância é uma fase onde a criança começa a se preparar para a fase adulta. Esse período vai do nascimento até a puberdade que se inicia por volta dos 12 anos de idade incompletos. Esta transformação vai depender, por exemplo, de alguns fatores externos como a cultura onde ela está inserida e as aspirações e recusas dos adultos que fazem parte deste espaço onde a criança e adolescente está encaixada (CASTRO, 2010).

O ASIJ se faz pelo envolvimento de uma criança em prática sexual onde ela ou ele não entendem o que está acontecendo, não tendo a capacidade de autorizar, pois não se encontram maduros (as) ou preparados (as) para o desenvolvimento e assim, não são capazes de aprovar essa prática de forma consciente. A criança ou adolescente pode ser violentada por indivíduos do mesmo sexo ou sexo diferente como também, por outra criança mais velha ou com diferente estágio de maturação, envolvendo a intenção de gratificar ou satisfazer as necessidades do agressor ou de terceiros, normalmente com a ausência de violência física (WHO, 2017).

O ASIJ acontece quando um indivíduo mais velho utiliza uma criança ou adolescente com o propósito de obter prazer sexual de algum modo, podendo ser consumado ou não. Ele é caracterizado pelo contato sexual entre a criança e o adulto em que este tenha papel autoritário ou de poder e use disso para alcançar sua estimulação sexual, podendo ser com ou sem contato físico (STTEEL, 2017).

O abuso sexual infantil é frequentemente praticado sem o uso da força física e não deixa marcas visíveis, o que dificulta a sua comprovação, principalmente quando se trata de crianças pequenas. O abuso sexual pode variar de atos que envolvem contato sexual com ou sem penetração a atos em que não há contato sexual, como o voyeurismo e o exibicionismo (ARAUJO, 2002).

Segundo Gabel (1992), *apud* Araujo (2002), o ASIJ supõe uma disfunção em 3 níveis: (1) o adulto se mostra forte aplicando seu poder sobre o fraco que neste caso é a criança; (2) o adulto se vale da confiança que o fraco tem com o adulto, pois o vê como protetor e depende dele; e (3) utiliza a sexualidade de forma criminosa, violando o direito que todos os cidadãos têm sobre o seu corpo.

4.1.1 Sinais físicos de Abuso sexual infantojuvenil

Apesar de nem sempre se apresentam, existem alguns sinais específicos do AS na infância, conforme listados por Pfeiffer e Salvagni (2005):

- Lesões genitais;
- Edema, hematomas ou lacerações localizadas perto ou mesmo nas partes íntimas em ambos os sexos, como por exemplo, região interna de coxas, grandes lábios, vulva, vagina, região escrotal ou anal;
- Alargamento anal ou uretral, ou rompimento de hímen. Neste caso, é necessária uma análise mais aprofundada, pois podem ter variações de um indivíduo para outro;
- Traumatismo como equimoses, hematomas, mordidas ou lacerações em mamas, pescoço, parte interna e/ou superior de coxas, baixo abdome e/ou região de períneo;
- Hemorragia vaginal ou anal relacionada a algum tipo de penetração;
- Descoberta de doenças sexualmente transmissíveis como, por exemplo, gonorreia, sífilis, HPV, corrimento vaginal;
- Aborto de maneira natural ou provocada;
- Gravidez.

O abuso sexual traz, além das conseqüências físicas, também as de ordem social, emocional e comportamental, que são mais freqüentes que as primeiras. Assim, pode-se observar: dificuldades de aprendizado, fugas de casa, queixas psicossomáticas, mudanças súbitas de comportamento, fobias, pesadelos, rituais compulsivos, comportamentos autodestrutivos ou suicidas, comportamentos sexualizados, isolamento, aversão ou desconfiança de adultos, labilidade emocional, entre outros (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (2001).

É obrigação legal que os profissionais como o professor, a assistente social ou os prestadores de serviços, notifiquem através de relatório, a agência de proteção à criança ou adolescente ou mesmo a polícia, obrigatoriamente em casos confirmados ou suspeitas de ASIJ (WHO, 2017).

4.1.2 Sinais comportamentais do ASIJ

As conseqüências do abuso podem aparecer a curto ou longo prazo, de formas diferentes e de acordo com a idade em que a criança ou adolescente foi exposta ao acontecimento. A vítima do ASIJ pode se tornar agressiva, com dificuldades interpessoais e amorosas (CORDEIRO, 2006).

Como conseqüência também pode haver distúrbios afetivos como apatia, depressão, desinteresse pelas brincadeiras, crises de choro, sentimento de culpa, vergonha e falta de estima. A vítima também pode se comportar de forma apática, passiva, tiver vergonha, medo, tristeza, isolamento, hiperatividade, podendo chegar a desenvolver quadros de depressão (BRINO e WILLIAMS, 2008).

Vale à pena lembrar que quando esses sinais são apresentados de forma isolada, pode não ser uma consequência de AS (CORDEIRO, 2006).

A cartilha lançada pela Sociedade Brasileira de Pediatria (2001) voltada aos pediatras e demais agentes de saúde, incentiva esses profissionais a denunciar casos de ASI.

Neste material, entre outros, constam orientações para que o profissional possa identificar ASI e como proceder, desde como fazer a abordagem à vítima, qual a postura que o profissional deverá assumir, como fazer anamnese, exame físico, complementares até o que fazer com esses dados.

...pode-se observar: dificuldades de aprendizado, fugas de casa, queixas psicossomáticas, mudanças súbitas de comportamento, fobias, pesadelos, rituais compulsivos, comportamentos autodestrutivos ou suicidas, comportamentos sexualizados, isolamento, aversão ou desconfiança de adultos, labilidade emocional, entre outros (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (2001).

É importante também, que seja elaborado e amplamente divulgado um guia voltado para a área da educação, de forma que os professores tenham esse guia a sua disposição, ajudando-o desde os primeiros passos, na identificação até o acompanhamento dos casos de vítima de ASIJ, para que, como na área da saúde, possam agir da melhor forma na proteção das vítimas de ASIJ.

4.1.3 Como prevenir e agir no caso de ASIJ

O artigo 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988 coloca que:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Ainda se tratando deste artigo, o parágrafo 4º discrimina que "A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente", demonstrando tanto neste parágrafo como em todo o contexto da Constituição Federal Brasileira deste ano, a preocupação dos governantes quanto aos cuidados com a criança ou adolescente vítima de qualquer tipo de abuso.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no artigo 19, é dito que a criança deverá ser afastada de todas as formas de violência a ela praticada, inclusive o AS praticado pelos pais, representante legal ou qualquer responsável por ela, isto como medida emergencial e forma de proteção (BRASIL, 1990).

A forma de proteção também deverá ser através de programas sociais que sejam capazes de possibilitar assistência apropriada à criança ou adolescente e às pessoas designadas aos seus cuidados como também monitorar esta criança ao longo da infância, podendo, inclusive e se necessário, haver intervenção judicial pelo Estado (BRASIL, 1990).

O ASIJ está se tornando um caso de saúde pública, onde aproximadamente 36% de meninas e 29% dos meninos são violentados sexualmente em todo o mundo. Porém esses dados não são absolutos, seu número real não é conhecido, visto que esse fenômeno é encoberto pelo silêncio de suas vítimas, dos familiares, vizinhos e por vezes, do próprio profissional que poderia ser o responsável pela denúncia, sendo que algumas vezes esse não está apto a coletar dados que indique a violência (PFEIFFER e SALVAGNI, 2005).

A violência sexual em crianças de 0 a 9 anos de idade é o segundo maior tipo de violência mais característico nessa faixa etária, ficando pouco atrás apenas para as notificações de negligência e abandono. A conclusão é de um levantamento inédito do Ministério da Saúde. A pesquisa mostra que, em 2011, foram registradas 14.625 notificações de violência doméstica, sexual, física e outras agressões contra crianças menores de dez anos. A violência sexual contra crianças até os 9 anos representa 35% das notificações (PORTAL BRASIL, 2012).

Para amparar a vítima do ASIJ, é importante um cuidado mínimo, principalmente psicológico, chamado de apoio de primeira linha, para a criança ou adolescente que manifestar ter sofrido de AS a um profissional responsável pelos seus cuidados como assistente social ou professor, por exemplo (WHO, 2017).

Para as crianças ou adolescente do sexo feminino que sofreram AS com penetração peno-vaginal, são necessários cuidados relacionados à gravidez, como em prazo de 120 horas (5 dias) oferecer contracepção de emergência ou se grávida, oferecer aborto seguro em toda a extensão da lei. Também é importante pesquisar e prevenir, em ambos os sexos, as doenças sexualmente transmissíveis e outras conforme orientação nacional (WHO, 2017).

O guia lançado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (2001) cita como deve ser feito a anamnese das vítimas:

A identificação do abuso sexual pode ser feita mediante o relato da vítima ou de um dos responsáveis, pela constatação da existência de lesões genitais ou anais, após o diagnóstico de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) ou gravidez; Quando há o relato da criança/adolescente ou dos responsáveis, o direcionamento da anamnese torna-se mais objetivo, facilitando a abordagem do profissional de saúde. Em muitos casos há a negação do fato, não admitindo a possibilidade do abuso com o objetivo de proteger o abusador ou por temor pela ruptura do núcleo familiar; Quando houver o relato espontâneo da criança, seu depoimento deve merecer toda a credibilidade, pois dificilmente ela seria capaz de elaborar uma falsa história de abuso sexual; No diálogo com a criança, o profissional deve ter o cuidado para que a abordagem do assunto não cause mais sofrimento à vítima. Nesses casos, pode-se interromper a entrevista e recorrer a profissionais mais experientes, capacitados no uso de métodos indiretos de revelação (Sociedade Brasileira de Pediatria (2001).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

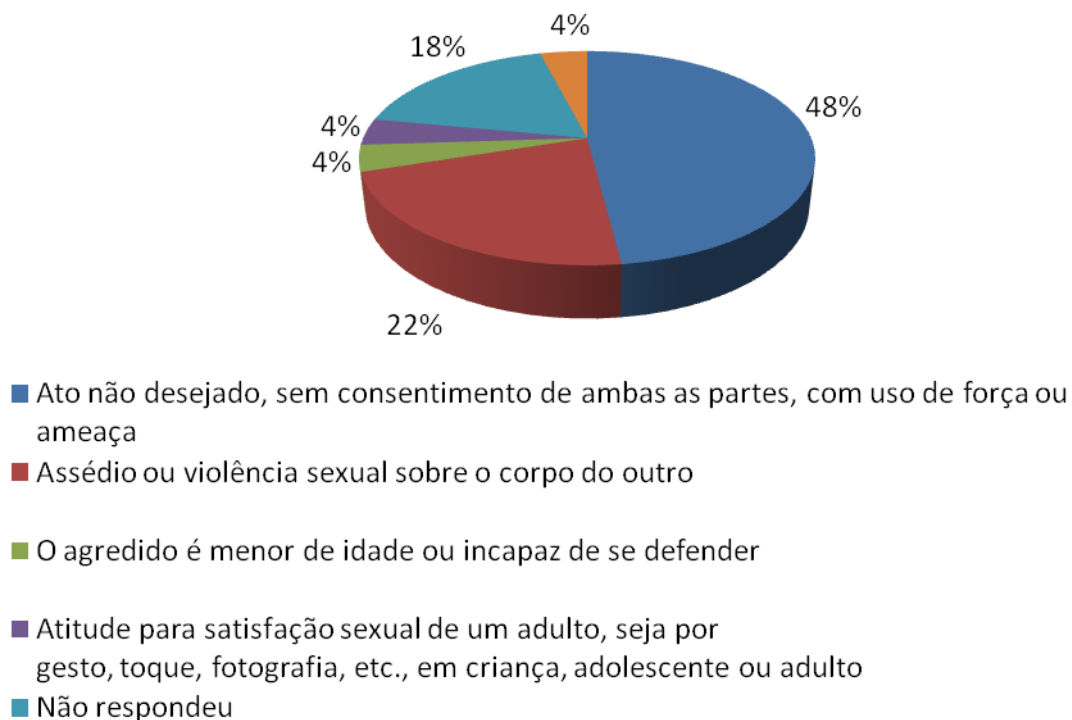
A idade média dos questionados foi de 42 anos com desvio padrão de 3,1, o mais novo com 24 e o mais velho com 57 anos de idade, sendo que 4 participantes optaram por não revelar sua idade. Todos são professores, porém, 7,4% não lecionam mais. As variáveis relacionadas aos entrevistados contidas no questionário se encontram demonstrados na tabela 1.

Tabela 1- características gerais dos entrevistados

Variável	n° de entrevistados	%
Idade (anos)		
24 a 34	7	26
35 a 45	5	18
46 a 57	11	41
Não respondeu	4	15
Total	27	100
Profissão		
Professor	27	100
Total	27	100
Quanto tempo atua na profissão		
Não atua no momento	2	7
< 1 ano	0	0
1 a 4 anos	4	15
5 a 10 anos	5	18
>10 anos	15	56
Não respondeu	1	4
Total	27	100

A primeira pergunta do questionário sobre ASI (questão 4) era aberta e solicitava ao entrevistado que, em poucas palavras, conceituasse abuso sexual. As respostas foram agrupadas em 5 categorias apresentadas na figura 1. A resposta mais frequente entre os professores, com 48% das respostas, conceitua o abuso sexual como um ato não desejado, sem consentimento, com uso da força ou ameaça. Esta resposta vem ao encontro do trabalho publicado por Drezett (2001), que explica que o abuso sexual se configura pelo uso da força e do poder que o agressor tem sobre sua vítima.

Figura 1. Distribuição percentual de respostas referentes à questão 4: Em poucas palavras, conceitue abuso sexual. (n=27)



Para 22% dos entrevistados, o conceito de abuso sexual é uma forma de assediar ou violentar sexualmente o corpo de outra pessoa. O estudo de Araujo (2002) relata que abuso sexual é uma forma de violência contra o corpo de outra pessoa que às vezes são disfarçados por encantamento e carinho que são oferecidos às vítimas.

Dos entrevistados, 18% não responderam a essa pergunta, o que representa um elevado percentual, embora o verdadeiro motivo da não resposta não seja conhecido, podendo ser por desconhecimento, por algum receio ou por não ter se atentado a essa pergunta.

Nesta pesquisa, somente um entrevistado, 4%, entende que o abuso sexual acontece com menores de idade e incapazes de se defender, e embora essa não seja exclusivamente a única faixa etária a ser vítima dessa violência (ISLAM e ISLAM, 2003), o trabalho de Aded et al. (2006), relata que o agredido é predominantemente menor de idade. Com relação ao AS que ocorre envolvendo crianças e adolescentes, Padilha e Gomide (2004) citam 3 aspectos associados a essa relação: impossibilidade da criança ou adolescente tomar uma postura, em relação a não aceitar a participar do ato pois na maioria das vezes não entende o que está se passando; o adulto usa a criança para seu próprio prazer sexual; o adulto exerce poder de forma abusiva para com a criança ou adolescente que na maioria das vezes não é identificado por terceiros pois não deixa marcas aparentes.

Na figura 2, são apresentados a pergunta 5 e os percentuais de respostas obtidas dos entrevistados. Percebe-se que a maioria dos professores respondeu que não identificaram vítimas de abuso sexual relacionado aos seus alunos. Porém, os autores Lisboa et al. (2002), concluem que é importante entender que a criança nem sempre demonstra com facilidade a violência sofrida, mas que devia encontrar na escola a segurança e fatores que diminuíssem o impacto que a ASIJ deixa em suas vítimas, e que a escola deveria oferecer para a criança ou adolescente apoio, proteção e prevenção.

Para os autores Inoue e Ristum (2008), a escola deve participar de forma a garantir os direitos da criança e do adolescente e em conjunto com os professores, que devem se comprometer em defender esses direitos.

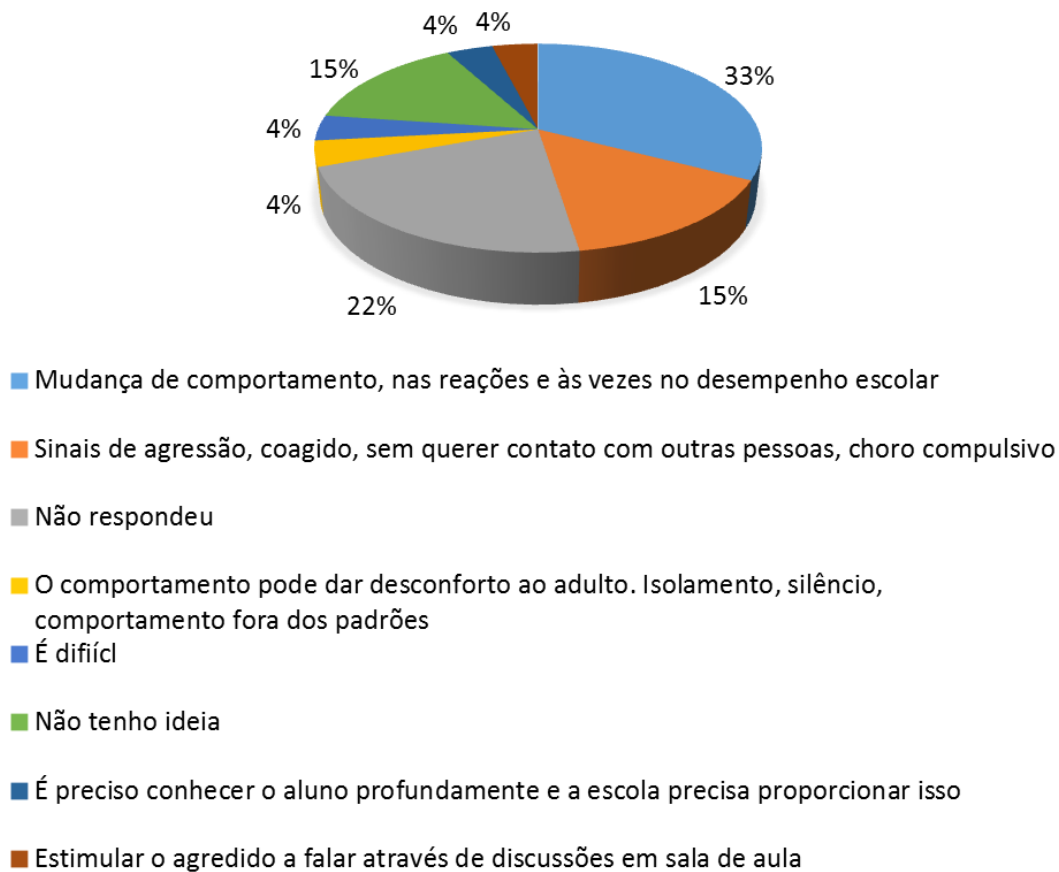
Figura 2. Distribuição percentual de respostas referentes à questão 5: Durante o tempo de atuação profissional, você já identificou alguma vítima de abuso sexual na escola? (n=27)



Os autores Lisboa et al. (2002), no seu estudo, comentam que alguns profissionais chegam a suspeitar ou mesmo a identificar o AS, porém infelizmente preferem se manter neutros, pelo comodismo da dúvida e do silêncio, evitando a responsabilidade, negligenciando os direitos da criança ou adolescente garantidos por lei.

A questão 6 era aberta e buscava verificar se o professores tinham conhecimento sobre “Como identificar se o aluno está sendo vítima de abuso sexual?”. As respostas foram agrupadas em 7 categorias e os resultados são apresentados na figura 3. A resposta mais frequente, com 33%, é de que a criança que está sofrendo de AS tem seu comportamento modificado, nas reações e as vezes no desempenho escolar e a sexualidade fica aflorada. Esta opção está de acordo com o que cita Steele (2017), que relata acontecer uma mudança no comportamento da criança. Porém o autor esclarece que nem todas as mudanças de comportamento ou qualquer outro tipo de mudança nas crianças ou adolescente tenham necessariamente sido desencadeados por abuso sexual.

Figura 3. Distribuição percentual de respostas referentes à questão 6: Como identificar se o aluno está sendo vítima de abuso sexual na escola? (n=27)



O estudo de Habigzang et al. (2008), com 10 crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar, com idade entre nove e treze anos, demonstrou que todas as participantes tinham algum tipo de transtorno pós-traumático, depressão, ansiedade, sentimento de culpa e desconfiança com outro adulto e também apresentavam alterações cognitivas e comportamentais.

Embora denunciar seja uma obrigação garantida por lei para todos os cidadãos brasileiros, segundo o estudo feito por Habigzang et al (2005), ainda existe grande barreira para que sejam realmente denunciados os casos de suspeita ou confirmações do ASIJ.

Segundo o trabalho de Amazarray e Koller (1998), “denunciar esse tipo de violência é uma tarefa essencial, uma vez que o silêncio perdoa o agressor e reforça seu poder sobre a vítima”.

É importante que, quando esta criança ou adolescente for identificad, segundo Steele (2017), que seja direcionada para às autoridades competentes para que seja feito um boletim de ocorrência na polícia como também ao conselho tutelar

entre os vários órgãos aptos a lidar com essa situação, para que a criança seja direcionada para o serviço de assistência social.

Cabe aos professores, aos prestadores de serviços de saúde e aos assistentes sociais, que detectarem casos de ASIJ, notificar, obrigatoriamente o fato aos órgãos competentes, como a polícia ou a agência de proteção à criança. É importante que a denúncia seja feita o mais breve possível para que a vítima comece a ser atendida no apoio de primeira linha. Esse apoio é o mínimo de assistência que a vítima deverá receber, onde o principal profissional envolvido será o psicólogo (WHO, 2017).

Ainda com relação à questão 6, 2,22% das respostas ficaram em branco, 15% não tem ideia e ainda 4% acha difícil. Somando esses valores, 41 % dos entrevistados demonstram com suas respostas a provável falta de orientação quanto ao assunto exposto.

Um professor assinala que a escola precisa proporcionar aos professores formas de conhecer melhor os alunos, o que facilitaria essa identificação. A publicação de Brino e Albuquerque (2003), concorda que é difícil a identificação do ASIJ, pois, na maioria dos casos, as crianças e adolescentes não exibem marcas e que os profissionais que tem contato com crianças devem ser capacitados para tal identificação para tornar mais fácil o reconhecimento.

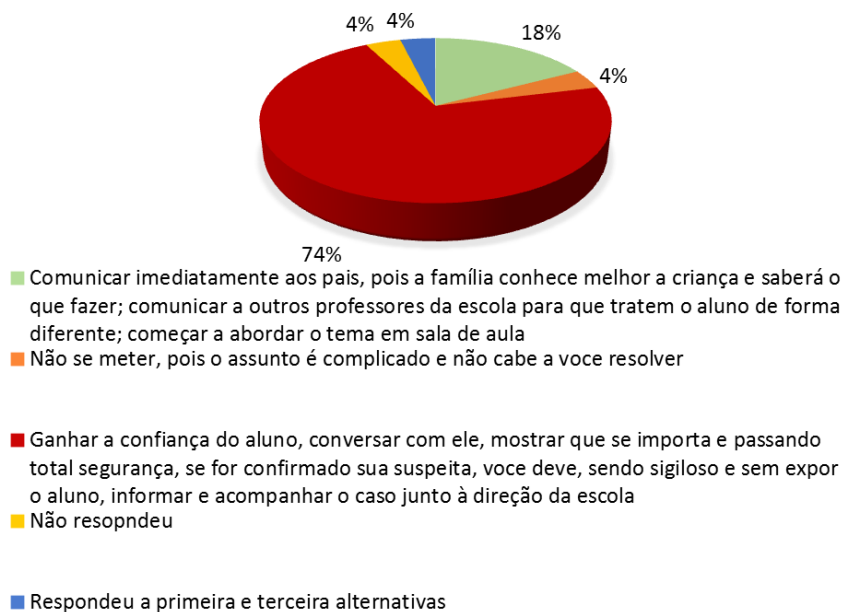
Já o estudo de Echeburúa e Corral (2006), dispõe que a dificuldade de identificação acontece por ser o ASIJ cometido geralmente em ambiente familiar de forma privada e as crianças ou adolescentes não se sentem capazes de denunciar.

As questões 7 a 12 são questões fechadas. A questão 7 buscava averiguar se os professores saberiam, dentre as 3 opções apresentadas, quais seriam as ações recomendadas a serem tomadas no caso de suspeita de que algum aluno fosse vítima de ASIJ.

A maioria dos entrevistados, 74%, responderam a terceira alternativa como certa, o que demonstra que os professores, em sua maioria, se dispõem a agir em conformidade com o defendido no estudo de Baptista et al. (2008), ou seja, ganhar a confiança do aluno, conversar com ele, mostrando que se importa e passando total segurança, e se for confirmado a suspeita, a direção da escola deve ser informada. É preciso ser sigiloso, sem expor o aluno e acompanhar o caso juntamente com a direção da escola.

Quando se observa, por outro lado, que 18% dos professores responderam que devem comunicar imediatamente aos pais do aluno, podemos perceber que os entrevistados não levaram em conta que o pai é considerado um agressor em potencial e ainda, em alguns casos, segundo o estudo de Habigzang et al. (2005), a mãe pode ser um agente passivo neste contexto.

Figura 4. Distribuição percentual de respostas referentes à questão 7: Quais ações devem ser tomadas no caso de suspeita de que algum aluno é vítima? (n=27)



No estudo de Inoue e Ristum (2008), em um dos casos estudados de uma criança de 12 anos, pelo registro de informações prestadas pela vítima e/ou pelo seu representante legal, a criança revelou ser molestada pelo padrasto e a professora chamou a mãe na escola expondo todo o desabafo da criança. A partir desse dia, a criança não compareceu mais as aulas e rapidamente a família se mudou do local onde morava e a escola não teve mais notícias.

Para Ferreira (2000), como apresentado em dois casos do seu estudo, a mãe pode assumir o papel de defensora do cônjuge e assim omitir os cuidados com a criança, mesmo sabendo da violência ocorrida.

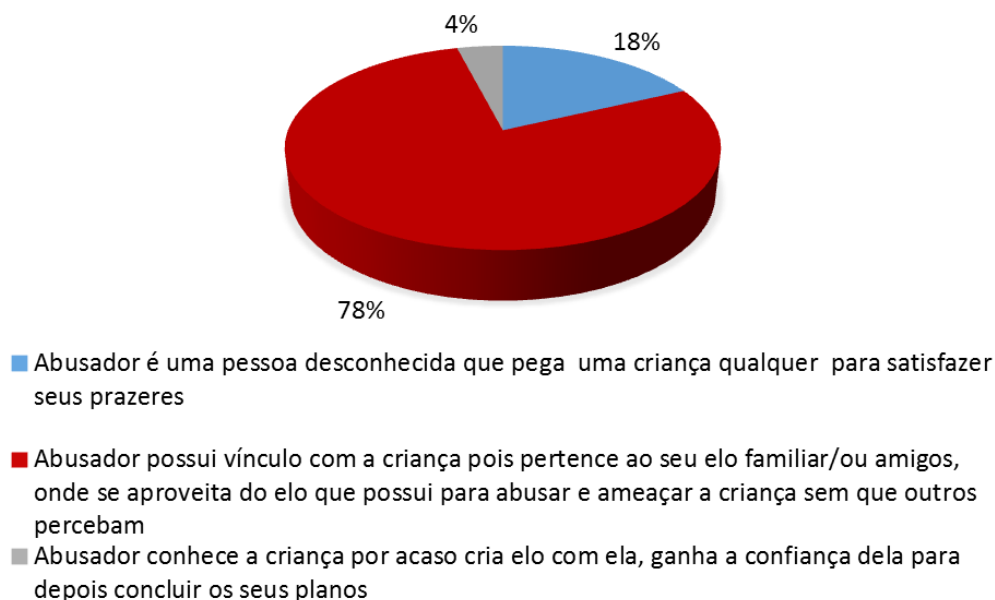
Analisando a figura 5, que apresenta a questão 8 e os percentuais de respostas obtidas para essa questão, percebe-se que, 18% dos professores entrevistados acreditam que o agressor é uma pessoa desconhecida, porém, estudos concordam que a grande maioria dos agressores são pessoas com algum vínculo de amizade com a família, sendo que a maioria dos casos de abuso sexual

se dá por incesto e que tem um tempo maior de duração como também, nestes casos, outros membros da família podem estar cientes do acontecimento (BRAUN, 2002; HABIGZANG et al., 2005; FLORENTINO, 2015).

É interessante notar que todos os entrevistados que correspondem aos 18% que acreditam que o agressor é uma pessoa desconhecida, disseram também que o fato deve ser comunicado imediatamente aos pais, demonstrando desconhecimento das estatísticas supracitadas, referentes aos casos de abusos por membros da família.

Por outro lado, a maioria dos nossos entrevistados, 78%, responderam de acordo com o que os estudos apontam, que o agressor, mais frequentemente, é uma pessoa que pertence ao elo familiar e aproveita da situação para abusar da criança.

Figura 5. Distribuição percentual de respostas referentes à questão 8: Abuso sexual infantil acontece com mais frequência quando: (n=27)



O estudo de Habigzang et al. (2008), com meninas na idade entre 9 e 13 anos, é um dos que corrobora esse dado estatístico, pois os autores observaram que todas as participantes foram molestadas por pessoas pertencentes ao elo familiar/amigo da vítima, a tabela 3 demonstra o resultado deste estudo.

Tabela 2 – Vínculo familiar das crianças molestadas segundo estudo de Habigzang *et al.* (2008).

Nome	Idade	Idade no início do abuso	Com quem residia durante o estudo	Escolaridade	Agressor
A	10	08	Tia e avó	1ª série	irmão
B	12	08	Abrigo	5ª série	pai
C	11	08	Pais	5ª série	tio
D	11	10	Pais	5ª série	tio
E	09	05	Pais	3ª série	Padrinho/madrinha
F	12	05	Pais	6ª série	tio
G	11	08	Abrigo	4ª série	pai
H	09	07	Abrigo	3ª série	avô
I	11	09	Abrigo	4ª série	avô
J	13	11	Abrigo	5ª série	avô

Outro estudo que corrobora com os já mencionados é o de Braun (2002), onde a maioria dos agressores desempenha o papel de cuidador dessas crianças.

Analisando a figura 6, percebe-se que a maioria dos professores, 59%, nunca participou de palestras com o tema ASIJ. Esse resultado demonstra que as escolas não estão preparando seus professores para lidar com esse tema tão complexo, mas tão importante para a segurança dessa população.

Menos da metade, 37% dos entrevistados já participaram de algum tipo de palestra sobre o assunto num dado momento da sua vida profissional. Estes professores tinham no mínimo 5 anos de profissão, sendo que a maioria tinha mais de 10 anos como educador. O que demonstra que as novas gerações mais novas de professores não estão sendo preparados para lidar com tal fato, e ainda não tiveram a oportunidade de participar de palestra sobre ASI.

Pela seriedade do assunto, se faz necessário que, se não todos, mas pelo menos uma grande maioria desses profissionais que lidam com crianças ou adolescentes, tenha acesso a palestras sobre o ASIJ, pois, os alunos precisam ser protegidos dentro das escolas como também fora dela, e se o professor foi preparado, fica mais fácil e preciso esse profissional identificar alunos vulneráveis a este tipo de agressão.

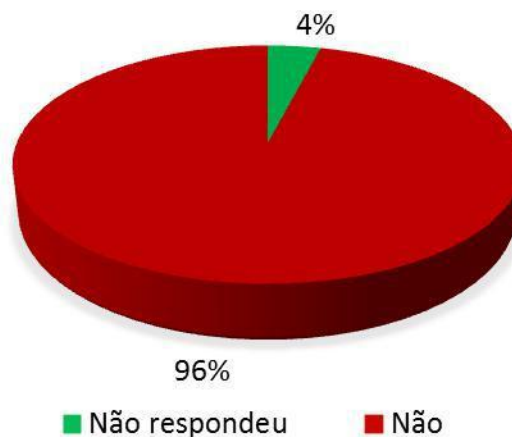
Figura 6. Distribuição percentual de respostas referentes à questão 9: Você já participou de alguma palestra sobre abuso sexual infantil durante sua trajetória de trabalho na escola? (n=27)



A figura 7 demonstra que 96% dos professores que responderam esse questionário nunca elaboraram qualquer trabalho escolar que se referisse a abuso sexual infantil, apesar de poucos, mas existentes projetos que o governo lançou com esse fim.

Entre esses projetos lançados pelo governo, está o Projeto Escola que Protege implantado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2004, que segundo Francischini e Souza Neto, 2007, teve como objetivo a implantação de promoções educativas e preventivas com a finalidade de controlar a violência sofrida pelas crianças e os adolescentes expostos a tal situação.

Figura 7. Distribuição percentual de respostas referentes à questão 10: Você já elaborou alguma palestra ou algum outro trabalho sobre abuso sexual infantil na escola? (n=27)



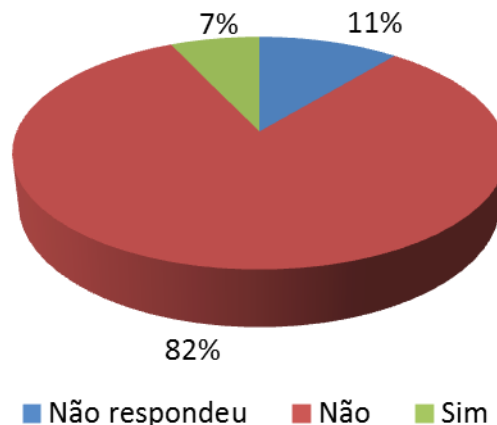
Para Francischini e Souza Neto, (2007), o projeto objetiva formar profissionais em educação para identificar e enfrentar a violência em que as crianças são submetidas.

Conforme explicitado anteriormente, o referido projeto é uma promoção da SECAD/MEC, em parceria técnica com o Instituto Partners of the Américas e com coordenação local das pró-reitorias de Extensão Universitária das instituições públicas federais de ensino superior, cuja função foi de organizar e realizar o módulo presencial, uma vez que houve módulo à distância e ensino presencial (FRANCISCHINI e SOUZA NETO, 2007).

Segundo o resultado apresentado na figura 8, sobre as respostas da questão 11, 82% dos entrevistados não se sentem preparados para ajudar alguém que esteja sofrendo de AS e 7% responderam que se sentem preparado para tal. Estes resultados demonstram a importância para as escolas em investir em palestras ou cursos para que o professor possa auxiliar na detecção do ASIJ.

O estudo realizado por Habigzang et al. (2005), trata da falta de notificação como um despreparo das escolas e educadores em tratar esse assunto, podendo esse ser o motivo do resultado desta pesquisa.

Figura 8. Distribuição percentual de respostas referentes à questão 11: Você se sente preparado para ajudar alguém que esteja sofrendo de abuso sexual? (n=27)



Para Florentino (2015), não é fácil compreender e mensurar os problemas que o ASIJ acarreta numa criança ou adolescente, pois não existem pesquisas com duração suficiente que se disponha a acompanhar vítimas que foram abusadas por um tempo maior, o que dificulta uma melhor compreensão sobre o assunto. E ainda, segundo Florentino (2015), o que é encontrado na literatura, é a partir de relatos de pessoas que querem ajudar e de profissionais e estudiosos que intercedem nesta situação.

Segundo o estudo de Inoue e Ristum (2008), faz-se necessário entender que a escola é um processo de construção coletiva, continuada e permanente com o intuito de formação do cidadão, pois tem como ferramenta de trabalho o conhecimento com valores, atitudes e formação de hábitos. Para tal, a escola precisa deixar de lado sua postura rígida e assumir uma atitude transformadora, consciente e responsável, resgatando assim, seu papel de formação de identidade. Porém, a escola não deve tomar para si a responsabilidade que é da família, mas sim, auxiliar esta família a envolverem-se entre eles.

Com relação às respostas à questão 12, cujos percentuais são apresentados na figura 9, a maioria dos voluntários, 89%, não teve nenhuma preparação acadêmica para tratar sobre o ASIJ.

Figura 9. Distribuição percentual de respostas referentes à questão 12: Durante a sua formação acadêmica você teve alguma preparação para tratar sobre abuso sexual infantil? (n=27)



O resultado encontrado nesta figura é coerente com o trabalho realizado por Amazarray e Koller (1998), que comenta sobre o despreparo dos professores e das instituições escolares em tratar e administrar de forma correta os casos de ASIJ que encontram ao longo da carreira, principalmente para os profissionais mais antigos. Esses resultados demonstram que é preciso remodelar ou complementar a formação dos profissionais responsáveis por lidar com vítimas de AS.

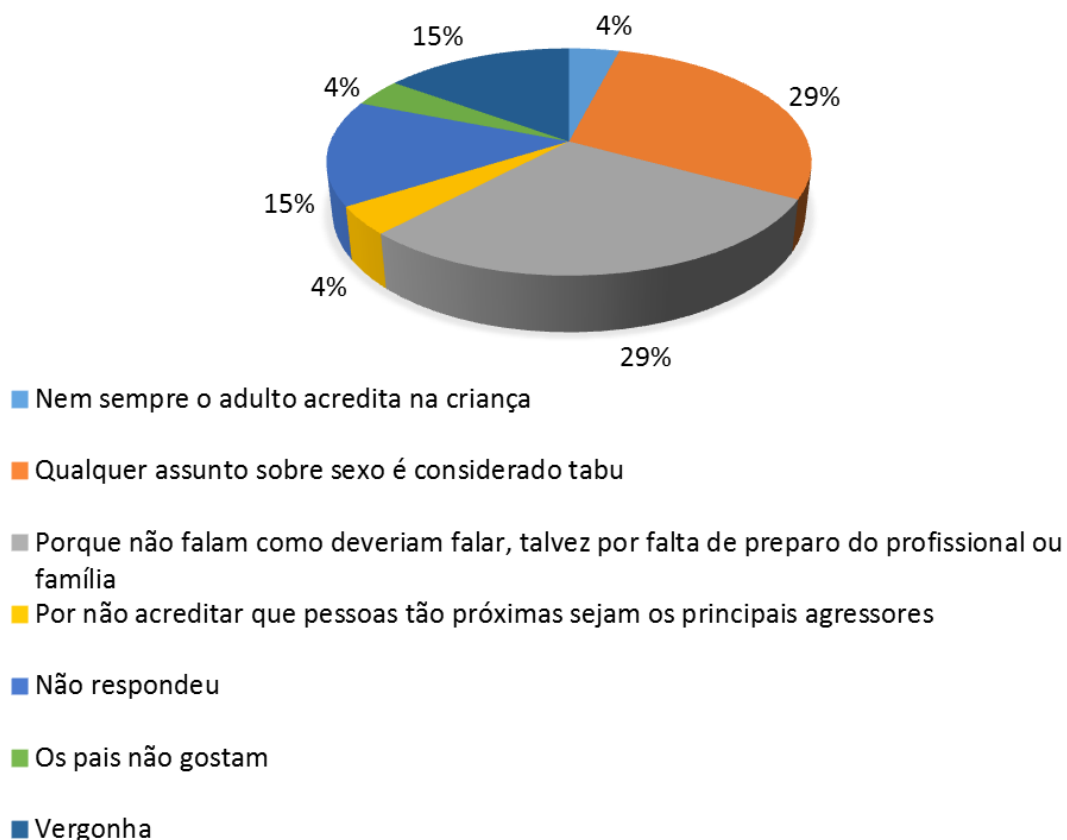
Apesar da maioria dos professores (89%) não possuírem algum tipo de formação ou preparo formal para lidar com casos de ASIJ nas escolas, a maior parte deles demonstrou conhecimento sobre o assunto em questão, porém, isso não elimina a necessidade das escolas de oferecerem tanto material didático quanto

cursos para que os professores se sintam preparados para identificar e/ou lidar com esse tipo de situação em sua vida acadêmica.

Segundo Marola et al. (2011), há uma desinformação sobre o tema sexualidade, uma distorção ou desconhecimento sobre o assunto, percebe-se que ainda existe grande tabu rodeando o tema. Esse assunto foi investigado através da questão 13, que se tratava de uma questão aberta sobre a opinião dos professores quanto aos motivos do abuso sexual infantil ser considerado tabu nas escolas, cujos resultados são apresentados na figura 10. Percebe-se que duas respostas foram igualmente as mais adotadas entre os entrevistados, uma direcionada ao tabu da sexualidade como um todo e outra à falta de preparo do profissional.

Assim como em outras questões abertas, o percentual de professores que não respondeu foi considerável, atingindo 15%. É possível que um dos motivos tenha sido por uma questão de disponibilidade de tempo ou desinteresse em contribuir, mas outras razões possíveis seriam a falta de informação e o próprio tabu envolvido com o assunto.

Figura 10. Distribuição percentual de respostas referentes à questão 13: Na sua opinião por que falar sobre abuso sexual infantil na escola é considerado tabu? (n=27)



Com relação à pergunta 14, sobre como os professores entendem o posicionamento dos pais sobre o assunto, os resultados foram apresentados na figura 11, onde percebe-se que a metade dos entrevistados, 50%, acredita que os pais têm resistência em falar de ASIJ por tabu, preconceito ou religião. Segundo Marola et al. (2011), com as faltas das conversas sobre o sexo ou sexualidade pelos pais, os filhos vão à procura de respostas em rodas de amigos, internet ou outro meio que respondam às suas curiosidades, o que faz com que este indivíduo tenha uma visão distorcida do que é a sexualidade.

A resposta da figura 10, relacionada à pergunta de número 13, com 29% das respostas, vêm confirmar o achado nesta figura, os professores entendem que os pais, talvez por despreparo não falem como deveriam falar do assunto com seus filhos. Essa resposta pode ser o motivo da manutenção do tabu ao longo do tempo.

Figura 11. Distribuição percentual de respostas referentes à questão 14: Diante de sua experiência profissional, como você descreveria o comportamento dos pais diante do assunto como abuso sexual infantil, sendo falado livremente e aberto em sala de aula. (n=27)



Segundo Marola et al. (2011), o tabu voltado para a sexualidade é maior no ambiente familiar.

O trabalho de Cano et al. (2000), comenta da necessidade da população de compreender melhor os tabus, mitos e a realidade da sexualidade para que se consigam abordar de forma mais natural esse tipo de assunto. Para Amazarray e

Koller (1998), esse quadro está mudando, pois, o assunto ASIJ tem sido visto com mais atenção tanto nos meios de comunicação quanto no meio acadêmico. Neste estudo, Amazarray e Koller (1998), concluem que a violência sexual em crianças e adolescentes ainda causa espanto na sociedade atual, pois há resistência até dos profissionais de aceitar que o ASIJ acontece com parentes próximos da criança, inclusive, pai, irmãos, entre outros.

Para Inoue e Ristum (2008), falar sobre AS ainda é considerado tabu por vários professores pois, não se encontram preparados e não se envolvem com o problema, fingindo não estar acontecendo nada ou ainda fazem observações inapropriadas ou preconceituosas, o que deixa a vítima desprotegida, piorando o quadro em que a criança se encontra, fazendo-a se sentir culpada.

Segundo Steele (2017), o agressor geralmente é uma pessoa aparentemente boa, simpática, prestativa e sempre está cercado de crianças em parquinhos ou playground. O autor continua seu texto relatando que a prevenção é a informação dos seus responsáveis como também dos profissionais da área da educação e jurídica que sejam capazes de identificar tal criança ou adolescente em situação de risco. É importante também a sensibilização de toda a população.

Para os autores Padilha e Gomide (2004), essa prevenção deve ser realizada em 3 momentos: primário, onde há uma tentativa de eliminar ou reduzir os fatores sociais, culturais e ambientais que auxiliam para a disseminação da violência; prevenção secundária, onde a criança ou adolescente é identificado em situação de risco antes que aconteça o ato; e prevenção terciária, onde já foi cometido a violência e o agressor e a vítima são monitorados de perto por uma equipe multidisciplinar para que as sequelas causadas pela agressão atuem negativamente o mínimo possível sobre a vítima e que não haja recidivas da agressão.

6 CONCLUSÃO

Analisando os resultados dessa pesquisa, pode se perceber que a formação e apoio das instituições em relação à educação comportamental ainda são insuficientes para que os professores se sintam seguros quanto à forma de lidar com os familiares e de tratar de assuntos pertinentes à segurança de seus alunos. As instituições de ensino precisam se dedicar à capacitação de seus professores tanto durante a formação acadêmica quanto durante o exercício do magistério, pois, somente assim, haverá uma mudança significativa no que tange a segurança dessa população.

Entre outras tantas atribuições da escola, a tarefa de identificar e auxiliar uma vítima de ASIJ é bastante complexa e difícil, mas ao mesmo tempo fundamental dentro de uma instituição de ensino. Para que ocorra, é preciso que essas instituições sejam um local onde os alunos se sintam à vontade para demonstrar tanto suas alegrias quando suas necessidades diárias, trazendo para este espaço o que os aflige para que junto com o professor, possam identificar o melhor a ser feito sobre a situação exposta, seja ela qual for. Para que as escolas sejam um lugar de proteção para as crianças é preciso que esta promova cidadania para seus frequentadores, para que as crianças se sintam seguras e confiantes para expor seus problemas extraclasse.

Além disso, é preciso que os professores estejam preparados para lidar com assuntos polêmicos como o ASIJ, despir-se dos preconceitos e se vestirem de conhecimento para que se sintam seguros e confiantes ao enfrentar assuntos que saiam do cotidiano da escola.

Para isso, é preciso que as escolas invistam tanto em material didático como também em cursos que sejam capazes de preparar todos os professores, para que estes consigam identificar e lidar com ASIJ no decorrer da sua vida acadêmica. Os resultados da pesquisa, no entanto, mostraram que esse investimento não está ocorrendo e as escolas não estão investindo em cursos ou aperfeiçoamento desses professores, ficando estes despreparados e aumentando as chances de que erros e negligências venham ocorrer nos cuidados ou identificação de vítimas de AS e em como lidar com isso.

Ao analisar os estudos e resultados através da aplicação do questionário distribuídos nesta pesquisa, percebe-se que boa parte dos professores deste

estudo demonstrou conhecimento sobre o assunto, porém resta ainda uma parte considerável de professores que não está devidamente informado sobre o assunto. Os resultados demonstram ainda que esses professores não tiveram preparação durante a formação acadêmica, que as escolas não discutem estes temas, que os professores apresentam dificuldades em superar o tabu e até mesmo para participar de pesquisas que aborde o ASIJ.

Talvez essa recusa em participar ocorra por insegurança, talvez por não entender o quanto é importante abordar o assunto ou mesmo por querer se manter em sua zona de conforto, onde estão acostumados a ficar, mas outro fator que deve ter contribuído para esse resultado seria a falta de informação sobre o assunto.

É preciso que o âmbito escolar esteja munido de professores capacitados, não somente da maioria, mas de todos os professores, com conhecimento suficiente, capazes de proteger seus alunos de quaisquer indivíduos que sejam prováveis de cometer tais abusos. É preciso criar estratégias, cursos e palestras tanto para os professores quanto para os alunos para que ambos possam juntos trabalhar em equipe em prol dos direitos da criança e do adolescente e dos deveres dos educadores, até mesmo como cidadão.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADED, O. et al. **Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura.** Instruções para os autores 178, v. 45, p. 204, 2006.

AMARAL, J. **Denúncias de violência e abuso são as que mais chegam ao Conselho Tutelar.** Diário do Vale, Volta Redonda-RJ, 11 de março de 2017. Disponível em: <https://diariodovale.com.br/destaque/denuncias-de-violencia-e-abuso-sao-as-que-mais-chegam-ao-conselho-tutelar/>. Acesso em 23 abr. de 2018.

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual.** Psicologia: reflexão e crítica, v. 11, n. 3, 1998.

ARAÚJO, M. F. **Violência e abuso sexual na família.** Psicologia em estudo, p. 3-11, 2002.

BAPTISTA, R. S., et al. **Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela.** *Acta paul enferm*, v. 21, n. 4. P. 602-8, 2008.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Em Tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BORGES, J. L.; DELL'AGLIO, D. D. **Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos.** Psicologia em estudo. Maringá. Vol. 13, n. 2. p. 371-379, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988).** **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico].** – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação; n. 83).

BRAUN, S. **A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo.** Editora AGE Ltda, 2002.

BRINO, R. F.; ALBUQUERQUE, W. L. C. **Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil.** Cadernos de Pesquisa, n. 119, p. 113-128, 2003.

BRINO, R. F.; ALBUQUERQUE W. L. C. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil.** Educação & Realidade, v. 33, n. 2, 2008.

CANO, M. A. T.; FERRIANI, M. G. C.; GOMES, R. **Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 8, n. 2, p. 18-24, 2000.

CASTRO, M. G. B. **Noção de criança e infância:** diálogos, reflexões, interlocuções. Anais do Seminário do 16º COLE. UFF. Rio de Janeiro/RJ, 2010.

Cordeiro, F.A. **Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes** - Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006, 16 p.

ECHEBURÚA, E.; CORRAL, P. **Secuelas emocionales en víctimas de abuso sexual en la infancia.** Cuadernos de medicina forense, n. 43-44, p. 75-82, 2006.

DREZETT, J. et al. **Estudo de mecanismos e fatores relacionados com o abuso sexual em crianças e adolescentes do sexo feminino.** J Pediatr, v. 77, n. 5, p. 413-9, 2001.

FERREIRA, J. D. **Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas.** Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, v. 22, n. 7, p. 459-459, 2000.

FLORENTINO, B. R. B. **As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes.** Fractal: Revista de Psicologia, v. 27, n. 2, p. 139-144, 2015.

FRANCISCHINI, R.; SOUZA NETO, M.O. **Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes:** Projeto Escola que Protege. Revista do Departamento de Psicologia. UFF, v. 19, n. 1, p. 243-251, 2007.

FRANÇA JUNIOR, I. **Abuso sexual na infância: compreensão a partir da epidemiologia e dos direitos humanos.** Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 7, n. 12, 2003.

GUERRA, E. L. A. **Manual Pesquisa Qualitativa.** Grupo Anima Educação: Belo Horizonte, 2014.

GUNTHER, H.; JÚNIOR, J. L. **Perguntas abertas versus perguntas fechadas: uma comparação empírica.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 6, n. 2, p. 203-213, 2012.

HABIGZANG, L. F. et al.. Child sexual abuse and family dynamics: aspects observed in legal processes. Psychology: theory and research. Brasília. Vol. 21, n. 3 (set./dez. 2005), p. 341-348, 2005.

HABIGZANG, L. F. et al. **Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência.** Psicologia: reflexão e crítica, v. 21, n. 2, 2008.

INOUE, S.R. V.; RISTUM, M. **Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola.** Estudos de Psicologia, v. 25 n.1. p. 1-11, 2008.

ISLAM, M. N.; ISLAM, M. N. **Retrospective study of alleged rape victims attended at Forensic Medicine Department of Dhaka Medical College, Bangladesh.** Legal Medicine, v. 5, p. S351-S353, 2003.

LIBERALI, R. **Metodologia científica prática: Um “saber fazer” competente da saúde a educação.** 1.ed. Florianópolis/SC: (S.n.)Vozes, 2008. 176p.

LIMA C.A. **Violência faz mal à saúde.** Brasília: Ministério da Saúde; 2006. Disponível em: http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books-MS/06_0315_M.pdf. Acesso em 22 jan. de 2018.

LISBOA, C. S. M., et al. **Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica.** Psicologia: reflexão e crítica. Porto Alegre. Vol. 15, n. 2 (2002), p. 345-362, 2002.

MAROLA, C. A. G.; SANCHES, C. S. M.; CARDOSO, L. M. **Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências.** Psicologia da educação, n. 33, p. 95-118, 2011.

MARTINS, C. B. G., JORGE, M.H. P. M. **Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil.** Texto & Contexto Enfermagem, v. 19, n. 2, 2010.

PADILHA, M. G. S.; GOMIDE, P. I. C. **Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual.** Estudos de Psicologia, v. 9, n. 1, p. 53-61, 2004.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência.** Jornal de pediatria. Rio de Janeiro. Vol. 81, n. 5 supl (nov. 2005), p. S197-S204, 2005.

PORTAL BRASIL. **Abuso sexual é o 2º tipo de violência mais comum contra crianças no Brasil.** 25 de maio de 2012 Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/05/abuso-sexual>. Acesso em 23 Jan. de 2018.

World Health Organization. (2017). **Responding to children and adolescents who have been sexually abused: WHO clinical guidelines.** World Health Organization. <http://www.who.int/iris/handle/10665/259270>. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

SERAFIM, A. P. et al. **Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.** Revista de Psiquiatria Clínica, v. 38, n. 4, p. 143-147, 2011.

SBP/Fiocruz/MJ 2001 - Sociedade Brasileira de Pediatria/ Fundação Oswaldo Cruz/Ministério da Justiça, s/d. **Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência**, 40pp.

SOUZA, E.R.; JORGE, M. H. P. M. **Impacto da violência na infância e adolescência brasileiras: magnitude da morbimortalidade.** Violência faz mal à saúde, p. 23, 2004.

STTEEL, A. **O combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.** *Diário do Vale*, Volta Redonda - RJ, 22 de maio de 2017.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(De acordo com as Normas da Resolução CNS nº 466/12).

Você está sendo convidado para participar da Pesquisa relacionada a elaboração do trabalho para conclusão do curso licenciatura em ciências biológicas da aluna Francilene Martins de Souza, cursando na UFRJ através do consórcio Cederj, onde o tema é abuso sexual infantil e o papel dos educadores. Você foi selecionado para responder um questionário a respeito do seu conhecimento e principalmente da sua experiência como colaborador da educação, sua participação é muito importante, porém você não é obrigado a participar, ou seja, você pode desistir a qualquer momento e retirar seu consentimento, sua recusa não trará prejuízos a pesquisa.

O objetivo deste estudo é identificar o nível de conhecimento dos educadores a respeito do tema.

Os riscos relacionados a sua participação nesta pesquisa são: A exposição de sua imagem e instituição onde atua, porém, para evitar o risco, esta pesquisa será anônima, as instituições não precisam ser identificadas e as análises de conteúdo não serão relacionadas a eventuais publicações.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Sua colaboração é importante para contribuir com a melhoria do processo de ensino-aprendizagem sobre o tema. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar a sua identificação. Os resultados serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos. Você tem direito de conhecer e acompanhar os resultados dessa pesquisa.

Participar desta pesquisa **não** implicará nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação. Você será ressarcido de qualquer custo que tiver relativo à pesquisa e será indenizado por danos eventuais decorrentes da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via deste termo com o e-mail de contato dos pesquisadores que participarão da pesquisa e do Comitê de Ética em Pesquisa que a aprovou, para maiores esclarecimentos.

Assinatura do pesquisador

E-mail orientador : pedro.silva@ifrj.edu.br

E-mail co-orientador(a):

e-mail aluna: francilenemartins31@hotmail.com

APÊNDICE B

MODELO DE QUESTIONÁRIO UTILIZADO

Quando não souber a resposta ou não quiser responder deixe a questão em branco

1- Qual a sua idade?

2- Qual a sua profissão? () professor () pedagogo

3- Há quanto tempo você atua na profissão?

() não atuo no momento () menos de 1 ano () 1 a 5 anos () 5 a 10 anos () mais de 10 anos

4- Em poucas palavras, conceitue abuso sexual. (3 a 4 linhas)

5- Durante o tempo de atuação profissional, você já identificou alguma vítima de abuso sexual na escola? Qual sua conduta?

() sim () não

6- Tem alguma mudança no comportamento que indique que o aluno está sendo vítima de abuso sexual? Qual (is)?

7- Quais ações devem ser tomadas no caso de suspeita de que algum aluno é vítima?

() Comunicar imediatamente aos pais do aluno, pois a família conhece melhor a criança e saberá o que fazer; comunicar a outros professores da escola para que tratem o aluno de forma diferente; começar a abordar o tema em sala de aula.

() Não se meter, pois é um assunto complicado que não cabe a você resolver.

() Ganhar a confiança do aluno, conversar com ele, mostrando que se importa e passando total segurança, se for confirmado sua suspeita você deve informar a direção da escola, sendo sigiloso e sem expor o aluno e depois acompanhar o caso juntamente com a direção da escola.

8- Abuso sexual infantil acontece em maior frequência quando:

() Abusador é uma pessoa desconhecida que pega uma criança qualquer para satisfazer seus prazeres.

() Abusador possui vínculo com a criança pois pertence ao seu elo familiar/ou amigos ,onde se aproveita do elo que possui para abusar e ameaçar a criança sem que outros percebam.

() Abusador conhece a criança por acaso cria elo com ela, ganha a confiança dela para depois concluir os seus planos.

9- Você já participou de alguma palestra sobre abuso sexual durante sua trajetória de trabalho na escola? () sim () não

10- Você já elaborou alguma palestra ou algum outro trabalho sobre abuso sexual infantil na escola? () sim () Não

11- Você se sente preparado para ajudar alguém que esteja sofrendo abuso sexual? ()sim ()não

12- Durante a sua formação acadêmica você teve alguma preparação para tratar sobre abuso sexual infantil na escola? () sim () não

13- Na sua opinião por que falar sobre abuso sexual infantil na escola é considerado tabus?

14- Diante de sua experiência profissional, como você descreveria o comportamento dos pais diante de assuntos como abuso sexual infantil, sendo falado livremente e abertamente em sala de aula. (3 a 4 linhas)